

POLISSEMIA E CONTEXTO: O PROBLEMA DURO DA DIFERENCIAÇÃO DE SENTIDOS

AUGUSTO SOARES DA SILVA
(Universidade Católica Portuguesa, Braga)

ABSTRACT: From all the issues related to the phenomenon of polysemy, meaning differentiation is probably the hardest problem and also the one with greater theoretical and methodological implications. An attempt to solve the problem would be to discard the widespread reified conception of linguistic meaning and interpret the flexibility and contextuality of meaning correctly. It is necessary to push the meaning to the top, i.e. to the level of schematic meanings and of other factors of semantic coherence, but also to push it to the bottom, i.e. to the level of particular contextual uses. The verb deixar 'to leave, to let' and the discourse marker pronto 'ready, quick' illustrate these two semantic paths. This way, we can avoid both the myth of "essential meanings" and the myth of "purely contextual uses".

KEYWORDS: lexical semantics; meaning differentiation; network; polysemy; vagueness

1. Introdução

Aparentemente simples, a polissemia é um conceito intrinsecamente problemático em toda a linha, e os seus problemas confundem-se com problemas de semântica. A definição geralmente aceite de associação de dois ou mais sentidos relacionados numa única forma linguística encerra complicadas questões práticas, metodológicas e teóricas. Os problemas da polissemia situam-se a dois níveis: *definição* de polissemia e *estrutura* da categoria polissémica (para uma elucidação e discussão destes problemas, ver Silva, 2006). Os problemas de definição dizem respeito a duas distinções: por um lado, a distinção entre polissemia e monossemia ou vagueza, cuja questão básica é a da diferenciação de sentidos, e, por outro lado, a distinção entre polissemia e homonímia, que envolve a questão da relação entre os diferentes sentidos. Os problemas estruturais envolvem quer os aspectos *qualitativos* quer os aspectos *quantitativos* da estrutura do complexo polissémico: os primeiros dizem respeito aos tipos de relações entre sentidos e os segundos têm a ver com as diferenças de saliência entre os sentidos e outros efeitos de prototipicidade.

Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, 5, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2010, pp. 353-367

O primeiro destes problemas, isto é, a questão da diferenciação de sentidos é provavelmente o mais complicado e o de maiores implicações teóricas e metodológicas. Os testes de diferenciação de sentidos propostos na literatura não resolvem a questão. E as respostas teóricas mais elaboradas opõem-se entre posições mais minimalistas e monossemistas e posições mais maximalistas e polissemistas. Neste estudo, argumentaremos que o problema duro da diferenciação de sentidos não pode ser resolvido à luz da generalizada concepção reificada do significado. É necessário reconhecer que o significado é um processo flexível e dinâmico. Desde este ponto de vista fundamental, temos que assumir o compromisso de *puxar o significado* tanto *para cima* como *para baixo* e de admitir polissemia nem de mais nem de menos. Desta forma, evitaremos quer a falácia da generalidade ou o mito dos “significados essenciais” quer a falácia da polissemia infinita ou o mito dos “usos puramente contextuais” (independentes de quaisquer capacidades cognitivas).

Nas duas secções seguintes, discutiremos a resposta monossemista e a resposta polissemista ao problema da diferenciação de sentidos e os testes diagnósticos de diferenciação de sentidos, mostrando as limitações daquelas respostas e a ineficácia destes testes. A seguir, formularemos hipóteses sobre o significado linguístico e as questões definicional e estrutural da polissemia e assumiremos compromissos para a diferenciação possível de sentidos. Finalmente, ilustraremos as hipóteses sobre o problema em análise com dois estudos de caso (desenvolvidos em Silva, 2006): o verbo *deixar*, exigindo que o significado seja puxado para cima, em ordem a poderem encontrar-se os factores de coerência de um complexo polissémico; e o marcador discursivo *pronto*, obrigando a puxar o significado para baixo, de forma a poderem encontrar-se as suas várias funções pragmático-discursivas.

2. Quantos significados?

Quando é que dois usos de uma palavra ou outra expressão constituem sentidos diferentes? Que critérios ou testes utilizar na determinação e delimitação dos sentidos de uma palavra? Como distinguir polissemia, de um lado, e monossemia, vagueza ou variação contextual, do outro? A que nível de generalidade ou abstracção existe a polissemia? Quantos significados tem determinada palavra ou construção?

Na literatura, encontram-se respostas diferentes a este problema duro da diferenciação de sentidos. As observações de Searle (1983: 145-148) sobre o verbo *to open* ‘abrir’ e as anotações de Lakoff (1987: 416) sobre o nome *window* ‘janela’ são paradigmáticas a este propósito, já que representam duas abordagens radicalmente distintas.

Para Searle, *open a door* ‘abrir uma porta’ e *open a wound* ‘abrir uma ferida’ (no contexto cirúrgico), embora impliquem diferentes “condições de verdade” (as coisas que têm que ser feitas para que se possam aplicar estas expressões), pertencem a um mesmo valor semântico fixo e constante do

verbo *to open*, pelo que aquelas diferentes condições de verdade não passam de distintas interpretações contextualizadas desse valor único.

Lakoff considera que *break the window* ‘partir a janela’, *paint the window* ‘pintar a janela’, *open the window* ‘abrir a janela’ e *sit in the window* ‘estar à janela’ designam diferentes tipos de entidades do nome *window*, constituindo evidência de que a respectiva palavra possui distintos sentidos, embora relacionados, sendo assim uma palavra polissémica.

Ora, quer a abordagem *monossemista* de Searle quer a abordagem *polissemista* de Lakoff são problemáticas. Searle postula a existência de significados essenciais, mas o possível “significado essencial” de *open* – que Searle, incompreensivelmente, não chega a definir – de, por exemplo, ‘criar um buraco numa entidade através da separação das suas partes’, acabaria por ser não distintivo, porque seria válido também para o verbo *to cut* ‘cortar’. Lakoff tende a ver um sentido distinto sempre que se verificar uma diferença na referência de uma palavra, mas tal procedimento conduz a uma multiplicação exagerada de sentidos. Com efeito, e como criticamente observa Taylor (2006: 52-53), se *open* é n_1 -vezes polissémico e *window* é n_2 -vezes polissémico, então *open the window* seria $n_1 \times n_2$ polissémico e só compreendido como resultado de um processo complexo de desambiguação, o que manifestamente é contra-intuitivo.

Na raiz destas duas abordagens e dos seus problemas estão duas hipóteses sobre o significado das palavras (e outras expressões), ambas questionáveis: a hipótese tradicional do *significado unitário* genérico e abstracto, subjacente à generalidade das descrições semânticas e paradigmaticamente teorizada por Ruhl (1989), e a hipótese do *significado múltiplo* tal como tem sido elaborada por alguns autores da Semântica Cognitiva, como Lakoff com o referido caso de *window* ou outros praticantes de uma “polissemia violenta” (Cuyckens & Zawada, 2001: xv).

Três ideias caracterizam a hipótese do *significado unitário* (ou do *significado fundamental, essencial*). Primeiro, as palavras são fundamentalmente monossémicas e contextualmente polissémicas. Segundo, no léxico mental cada palavra não tem mais do que um único sentido e, por conseguinte, a polissemia é um epifenómeno. Terceiro, puxando o significado ‘para cima’, isto é, para um nível de generalização e de abstracção, encontraremos o tal “significado fundamental/essencial”, a tal definição ideal, seguiremos a trajectória do desenvolvimento cognitivo e da própria actividade científica. Mas há outros tantos problemas nesta hipótese. Primeiro, os significados abstractos ou esquemáticos podem tornar-se incontroláveis, porque difíceis de interpretar e verificar a sua pertinência, e muito poderosos, porque se podem aplicar a outras palavras. Segundo, a hipótese do significado unitário não pode descurar, não só a *generalidade semasiológica* ou requisito da generalidade máxima, como também e sobretudo a *distintividade onomasiológica* ou requisito da especificidade mínima, e ainda a *relevância psicológica* ou realidade da representação mental. Terceiro, a hipótese do significado unitário pressupõe um *preconceito monossémico*, isto é, a ideia de que o abstracto é o melhor e a *falácia da generalidade*, no sentido de que não se

pode fazer a equivalência entre a abstracção do linguista e a representação mental dos falantes.

A hipótese do *significado múltiplo* fundamenta-se nas ideias da contextualidade e da continuidade do significado. Embora estas ideias sejam empiricamente comprováveis, podem conduzir a alguns exageros. Por um lado, se se privilegiar a trajectória de puxar o significado ‘para baixo’, corre-se também riscos: o da explosão de sentidos, o de perder a ‘estrutura’ da categoria, o da *falácia da polissemia infinita*, alimentada pelo mito dos significados “puramente contextuais”, isto é, independentes de quaisquer capacidades cognitivas. Por outro lado, embora as metáforas da continuidade sejam mais verdadeiras do que as metáforas da descontinuidade, daí não se segue que não haja limites a essa continuidade, o mesmo é dizer, que não haja discrição na linguagem e na cognição. Num estudo recente sobre o recorrente debate acerca da oposição discrição vs. continuidade na linguagem, Langacker (2006) identifica vários mecanismos conceptuais de discretização (metáforas constitutivas, respostas tudo-nada, pontos de referência, emergência) e de continuização (massivização, pluralização, esquematização, bacias de atracção). Quer isto dizer que à força da flexibilidade se junta a força da estabilidade. Esta é, aliás, a dupla face, o duplo efeito dos protótipos: adaptamos as categorias a novos contextos (flexibilidade) e interpretamos novas realidades com base no conhecimento já existente (estabilidade estrutural).

3. Testes de polissemia?

Para a difícil tarefa de diferenciação de sentidos têm sido propostos, desde há quase meio século, vários testes diagnósticos: uns *intuitivos*, como o teste lógico dos “valores-de-verdade” ou os testes linguísticos da identidade semântica através da anáfora e da coordenação; outros *analíticos*, como o teste aristotélico da definição.

Segundo o teste lógico dos “valores-de-verdade”, proposto por Quine (1960), um item é polissémico se puder ser simultaneamente “verdadeiro” ou “falso” em relação a um mesmo referente. Por exemplo: a polissemia de *café* ‘fruto do cafezeiro’ e ‘estabelecimento comercial onde se toma a respectiva bebida’ pode ser comprovada assim: *Delta é um café, e não um café*. Uma variação deste teste consiste em usar frases nas quais ambos os sentidos de um item podem ser verdadeiros mas não redundantes. Por exemplo, *Carlos mudou a sua posição*, discutido por Cruse (1986), pode designar quer o lugar de Carlos na sala, quer o seu ponto de vista sobre determinado assunto.

Os testes linguísticos baseiam-se em juízos de aceitabilidade e consistem em restrições semânticas sobre frases com duas ocorrências de um dado item em análise (uma das quais pode estar implícita ou subjacente): se a relação gramatical entre as duas ocorrências exigir a sua identidade semântica, então a frase resultante é sinal da polissemia desse item. É o chamado “teste da identidade”, descrito por Zwicky & Sadock (1975), e inicialmente proposto por Lakoff (1970), sob a forma da construção *and so*. Assim, uma

frase como *O Zé deixou o café, e o mesmo fez o empregado* só pode significar que o Zé e o empregado deixaram de tomar café, ou então que tanto um como o outro saíram do café ou abandonaram esse estabelecimento. Ela é pois inaceitável numa leitura cruzada, designando *café* a ‘bebida’ e o seu anafórico o ‘estabelecimento’ (ou vice-versa); o que mostra que estes dois empregos representam dois significados distintos de *café*. Mas a frase *Os grãos que acabo de colher são café, e igualmente o são estes grãos torrados* mostra que ‘grãos do cafezeiro não-tratados’ e ‘grãos do cafezeiro torrados’ constituem um caso, não de polissemia, mas de vagueza.

O critério da definição, informalmente apresentado por Aristóteles em *Segundos Analíticos* (II, xiii), diz que uma palavra possui mais do que um significado se para ela não se puder encontrar uma definição minimamente específica que cubra toda a sua extensão, e que essa palavra possui tantos significados diferentes quantas as definições maximamente genéricas necessárias para dar conta de toda a sua extensão. Por exemplo, ‘grãos do cafezeiro não-tratados’ e ‘grãos do cafezeiro torrados’ não representam duas *definições*, nem portanto dois sentidos diferentes de *café*, já que esses valores podem ser subsumidos numa única definição – ‘fruto do cafezeiro’.

Todavia, e como foi demonstrado por Geeraerts (1993) e discutido também por Cruse (1995, 2000, 2004), estes testes são inconsistentes, na medida em que conduzem, muitas vezes, a resultados contraditórios: o que é polissemia pelo teste lógico pode ser vagueza pelo teste linguístico ou vice-versa, ou o que é polissemia pelos testes lógico e linguístico pode ser vagueza pelo teste da definição ou vice-versa.

Por exemplo, e tomando o verbo *deixar*, o uso espacial de ‘ir embora, retirar-se’ (*O Zé deixou a sala, quando ela entrou*) e o funcional de ‘abandonar’ (*O Zé deixou a sua mulher/o emprego*) representam dois sentidos diferentes ou duas especificações contextuais de um mesmo e único sentido? Ora bem: o resultado do teste linguístico da anáfora é a polissemia: uma frase como *O Zé deixou o hospital às 12h e o seu médico fez o mesmo* exige a identidade semântica das acções do Zé e do seu médico (ou tanto um como o outro o que fizeram foi sair do hospital a essa hora, ou então ambos abandonaram o cargo que aí ocupavam). E o mesmo é o resultado do teste lógico: *Retirar-se de junto de alguém é deixá-lo, mas não é deixá-lo* (isto é, não é abandoná-lo) mostra que *deixar* é simultaneamente verdadeiro e falso para o mesmo referente ‘retirar-se’. Mas o resultado do teste linguístico da coordenação pode ser a vagueza: *O Zé deixou Coimbra e os estudos* também pode ler-se como coordenando, sem zeugma, o sentido estritamente espacial e o sentido funcional. E o mesmo resultado obtém-se com o teste aristotélico da definição: ‘suspender activamente a interacção’ compreende estes dois usos e distingue-os dos usos de ‘passividade’ do sujeito de *deixar*.

Tudo isto mostra que a distinção entre polissemia e monossemia ou vagueza, de si legítima e necessária, é *instável*, não constitui uma dicotomia, mas antes um *continuum* (Geeraerts, 1993; Tuggy, 1993). Consequentemente, não é possível em muitos casos determinar exactamente quantos sentidos uma palavra tem. Mais ainda, a ideia de testes de diferenciação de sentidos,

em si legítima, será errada enquanto esses procedimentos forem tomados como testes de identificação de sentidos estáveis.

Examinemos ainda duas tentativas de solução do problema: a teoria das *facetras* de Cruse (2004) e o modelo do *léxico generativo* e da *coerção* de Pustejovsky (1995). Cruse explica a variação de *livro* em termos das *facetras* ‘tomo’ e ‘texto’ ou componentes autónomos de um mesmo significado que só podem aparecer em contexto, mas são relativamente independentes. E considera esta variação distinta da polissemia e da “simples variação contextual”, sendo esta última “inteiramente dependente do contexto”. Próximas da variação do tipo da polissemia, pelo seu grau de autonomia, as *facetras* distinguem-se daquela, diz Cruse, porque concorrem para “a unidade de um conceito global”. Mas este novo conceito de variação por *facetras* traz outras tantas questões, tão problemáticas quanto as da polissemia: qual é o número de *facetras* pertinentes para determinado conceito e qual é o seu grau de generalidade?

O linguista computacional Pustejovsky (1995) desenvolveu um modelo de *léxico generativo* que contém determinados mecanismos de geração do sentido das palavras, tais como a *ligação selectiva*, a *co-composição* e a *coerção de tipo*. São as operações de *coerção* que permitem que um único sentido de uma palavra possa adquirir diferentes leituras em diferentes contextos. A *coerção de tipo* permite a um predicado alterar o tipo do seu complemento sempre que necessário. Por exemplo, as expressões *ler um livro*, *escrever um livro*, *comprar um livro*, *imprimir um livro* activam uma componente semântica diferente e, por *coerção*, conduzem a uma interpretação particular do nome *livro*. *Ler um livro* coage o papel télico inerente a um livro; *escrever um livro* coage o papel agentivo; *queimar o livro* activa o papel constitutivo; e *deixar cair o livro* activa o papel formal.

Todavia, o modelo de Pustejovsky acaba por revelar-se bastante poderoso, no sentido de ser capaz de gerar *coerções* que não existem, e ao mesmo tempo bastante limitado, porque incapaz de gerar *coerções* que efectivamente existem, incapaz de construir *todo* o conhecimento enciclopédico necessário para o bom uso do significado das palavras. O problema do modelo de Pustejovsky e de todos aqueles que defendem a tese da regularidade da polissemia está no facto de a polissemia não ser inteiramente predizível, justamente porque nela e no léxico em geral intervêm princípios de convencionalidade e condicionamentos culturais e cognitivos.

4. Hipóteses e compromissos sobre polissemia

A única via para sair deste impasse implica abandonar a generalizada concepção reificada do significado e interpretar correctamente a flexibilidade e contextualidade do significado. Assim, saber quantos significados distintos tem uma palavra ou outra expressão é colocar mal a questão. Em primeiro lugar, os significados não são entidades fixas e perfeitamente determináveis, mas processos flexíveis. Em vez de significados como *coisas*, o que

temos é o significado como um processo de criação de sentido. O significado não é estático mas dinâmico, não é dado mas construído no conhecimento *enciclopédico* e configurado em feixes de conhecimento ou *domínios*, não é platónico mas *corporizado* (“embodied”) nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das culturas. É a flexibilidade inerente do significado que explica a instabilidade característica da polissemia, que faz com que homónímia, polissemia e monossemia/vagueza sejam três regiões sem fronteiras num *continuum* de diferenciação/similaridade de significado associado a uma mesma forma linguística.

Em segundo lugar, o conhecimento de uma língua não se faz através do domínio do *dicionário* ou léxico, contendo os significados das palavras, e de um compêndio de *gramática*, contendo as regras de combinação das palavras. A razão é simples: há muita idiosyncrasy numa língua. Do mesmo modo, a aquisição de uma língua não se faz, lexicalmente, adquirindo um número fixo de significados discretos e, gramatical e textualmente, combinando um dos significados adquiridos de uma palavra com um dos significados adquiridos de outra palavra. É antes um processo orientado de baixo para cima e conduzido pela experiência linguística (Tomasello, 2003). Taylor (2006) propõe a substituição da metáfora generativista do “dicionário + compêndio de gramática” pela metáfora do “corpus mental”. A ideia fundamental é a de que cada encontro com a linguagem deixa um traço mental no *corpus*, compreendendo este portanto “traços de memória de encontros anteriores com a linguagem”. O *corpus mental* é um ‘multimédia’ de traços de memória contendo informação fonológica, semântico-pragmática e contextual, que se podem tornar mais fortes ou mais fracos, e em que há lugar também para generalizações na base de similaridades entre esses traços. E o *corpus* tem o formato de ‘hipertexto’, em que cada entrada dá acesso a uma rede rica de outras unidades.

Em terceiro lugar, temos que abandonar o princípio da composicionalidade (estrita). O significado de uma expressão complexa não é simplesmente nem necessariamente a soma (função composicional) dos significados das suas partes mais as regras de combinação que derivam directamente delas; isto é, uma estrutura pode apresentar características não derivadas dos seus constituintes ou pode perder características que estes possuem. Para além do caso evidente das expressões idiomáticas, uma construção comparativa como “o Zé é mais alto do que o António” implica “o António é mais baixo do que o Zé” e esta propriedade de inversão não é herdada de nenhuma das palavras destas frases, já que os adjectivos *alto* e *baixo* expressam uma relação de antonímia graduável (se a semântica fosse completamente composicional, a implicação frásica seria graduável).

Quer tudo isto dizer que não se pode procurar o(s) significado(s) de uma palavra ou outra expressão, mas os usos contextualizados dessa expressão, o que inevitavelmente implica uma metodologia empírica, como o método do *corpus*. O significado está no uso linguístico e o *corpus* é o objecto mais natural de observação desse uso, sendo o desenvolvimento de méto-

dos quantitativos e multivariacionais uma necessidade para uma análise consistente do *corpus*.

É a *prototipicidade* ou categorização com base em protótipos que está na origem desta flexibilidade do significado e da polissemia. Por sua vez, a prototipização e a polissemização são a resposta a três tendências funcionais do sistema cognitivo humano (Geeraerts, 1988): a *densidade informativa*, propiciando a formação de categorias com muita informação e pouco esforço cognitivo; a *flexibilidade*, tornando as categorias adaptáveis a novas condições ou realidades do mundo e a novas necessidades expressivas dos falantes; e a *estabilidade estrutural*, garantindo a permanência das categorias já formadas e a sua utilização na apreensão da mudança.

Sendo a polissemia um efeito da categorização com base em protótipos, os vários sentidos de uma forma estão organizados em *rede*. A Semântica Cognitiva propõe dois modelos de descrição dos sentidos de uma mesma forma: o modelo de *rede radial*, introduzido por Lakoff (1987), e o modelo de *rede esquemática*, desenvolvido por Langacker (1987). Ambos permitem descrever a estrutura baseada em protótipos da categoria polissémica e as relações metafóricas e metonímicas entre sentidos. O modelo radial descreve a categoria na forma de um centro do qual emanam novos usos: usos menos centrais são extensões do centro prototípico. O modelo esquemático acrescenta ao modelo radial a dimensão taxonómica, pela qual se pode passar de um sentido mais específico a um sentido mais genérico. Desta forma, o modelo esquemático combina protótipos e esquemas.

Os modelos em rede têm sido objecto de algumas críticas, questionando pormenores descritivos e a realidade psicológica das redes (Sandra & Rice, 1995; Rice, 2003). Todavia, a questão essencial é a correcta interpretação e manipulação do modelo em rede. A metáfora da rede torna-se inadequada se se entenderem os sentidos como ilhas bem delimitadas representando os únicos significados linguísticos que um item pode assumir. Além disso, as redes não são bidimensionais (um centro prototípico e um conteúdo esquemático aos quais estão ligados os diversos usos), mas *multidimensionais*, isto é, determinado sentido pode resultar da combinação de duas ou mais dimensões e, inversamente, uma dimensão pode entrar em diferentes sentidos de um item.

Ainda um outro aspecto da estrutura da categoria polissémica tem a ver com os mecanismos de mudança semântica e associação de sentidos. São mecanismos cognitivos que incluem a metáfora, a metonímia, a especialização e a generalização, mas também outros processos menos conhecidos, como a transformação de *esquemas imagéticos* (Johnson, 1987; Hampe, 2005) e a *subjectificação* (Langacker, 1999; Traugott & Dasher, 2002).

Assumidas as hipóteses sobre o significado e a polissemia, torna-se necessário estabelecer um compromisso entre as duas abordagens antagónicas referidas na secção anterior, no sentido de se evitar tanto a falácia da generalidade ou o mito dos “significados essenciais” como a falácia da polissemia infinita ou o mito dos “usos puramente contextuais” (independentes de quaisquer capacidades cognitivas). Especificamente, a flexibilidade do signi-

ficado exige que este seja *puxado* tanto *para cima* como *para baixo*. Devemos *puxar o significado para cima*, no sentido de procurar o conteúdo esquemático e outros factores de coerência semântica de uma categoria, mas sem entender esse conteúdo esquemático como o significado essencial dessa categoria. Como esclarece Langacker (1987: 371), o esquema funciona, não como ‘gerador’ de sentidos, mas como uma estrutura integrada que incorpora a generalidade dos seus membros. Devemos também *puxar o significado para baixo*, no sentido de dar conta dos usos contextuais particulares, psicologicamente (mais) ‘reais’, mas sem exagerar as diferenças de sentidos.

Por outras palavras, o compromisso consiste em postular *tão pouca polissemia quanto possível* e *tão muita polissemia quanto necessário*. Evitar a polissemia quanto possível passa por reconhecer que as pequenas diferenças de significado se podem dever aos significados das palavras adjacentes e ao conhecimento geral. Tomemos uma categoria bem estudada em Semântica Cognitiva, designadamente a preposição *over*, e comparemos as expressões *walk over a field*, *fly over the ocean* e *jump over the hall*. Os diversos aspectos ligados à existência ou não de contacto ou à forma rectilínea ou curva do percurso não os devemos considerar como factores de polissemia, visto que decorrem daquilo que sabemos sobre as situações em causa: sabemos que passear envolve contacto, que voar não envolve contacto e que trepar envolve um percurso para cima e para baixo. Só precisamos então de admitir um único sentido para *over*: ‘percurso que vai de um lado a outro’, numa situação apropriada ao Trajector ou entidade movente, ao modo de movimento e ao Marco ou ponto de referência. Um outro exemplo: a palavra *window*, referida acima. A variabilidade referencial acima descrita deve entender-se em termos do fenómeno das *zonas activas* (Langacker 1990): diferentes zonas activas são implicadas em diferentes contextos, nomeadamente o caixilho (pintar a janela), o vidro (partir a janela), o buraco na parede, etc. O significado de *window* ou *janela* não é a soma das zonas activas (caixilhos, vidro, buraco, etc.), mas uma rede de conhecimento relativa à localização típica, à função típica e ao modo típico de construção.

Pelo contrário, deve reconhecer-se polissemia quando os diferentes sentidos não são predizíveis a partir dos sentidos de palavras adjacentes, nem do conhecimento geral. Tomando uma outra preposição, um dos sentidos de *round* é o de percurso definido pelo perímetro da entidade que funciona como ponto de referência ou Marco, como em *walk round the lake* e *swim round the lake*. Mas a leitura de *go round the guests* é geralmente a de percurso relativamente arbitrário (entre os convidados, indo de um a outro), e este sentido não é predizível a partir do sentido anterior de seguir o perímetro. Taylor (2006: 57) acrescenta uma outra condição de polissemia: os diferentes sentidos não serem predizíveis a partir de processos gerais de polissemização. Por exemplo, *escola*, *universidade* ou *museu* designam tanto a instituição como o edifício, mas a palavra *governo* não passa pelo processo de polissemização daquelas, na medida em que é usada para designar apenas a instituição. Nestes casos, Taylor sugere que se pode reduzir a quantidade de polissemia, referindo o princípio de polissemização e não listando os

respectivos sentidos separadamente, e que se deve assinalar a excepção ao processo de polissemização na palavra *governo*. A proposta de Taylor é uma solução económica de representação da polissemia no léxico, mas torna-se contra-intuitiva se for tomada no sentido de eliminar a respectiva polissemia.

5. Estudos de caso: puxando o significado para cima e para baixo

Como ilustração dos argumentos expostos anteriormente, apresentamos a seguir uma breve descrição de duas categorias polissémicas: o verbo *deixar* e o marcador discursivo *pronto* (para uma análise detalhada destas e de outras categorias, ver Silva, 1999, 2003, 2006).

O verbo *deixar* compreende dois grupos de sentidos numa certa tensão homonímica: um significa ‘suspender a interacção com o que se caracteriza como estático’ (complemento nominal), como no exemplo (1), e o outro significa ‘não se opor ao que se apresenta como dinâmico’ (complemento verbal), como no exemplo (2). O primeiro está organizado à volta do protótipo ‘abandonar’ e o segundo à volta do protótipo ‘não intervir’. Onde é que está a coerência semântica interna do verbo *deixar*, capaz de impedir a homonímia entre os dois grupos? Temos que puxar o significado de *deixar* para cima.

(1) *deixar* P₂ ou *deixar* P₂ num lugar/estado/a P₃

(2) *deixar* P₂ V ou *deixar* V P₂

Em primeiro lugar, a coerência semântica do verbo *deixar* está numa estrutura multidimensional, representada no Quadro 1. Além da dimensão da ‘construção do objecto’ (estático vs. dinâmico), existe a dimensão do ‘(grau de) actividade do sujeito’ (atitude activa com/sem intervenção prévia vs. atitude passiva).

Em segundo lugar, a coerência semântica de *deixar* encontra-se também numa estrutura de transformações de *esquemas imagéticos* (Johnson, 1987; Hampe, 2005). Nos usos de *deixar*I, é o participante sujeito (P₁) quem realiza o movimento, ao passo que nos usos de *deixar*II, é o participante objecto (P₂) que é construído como realizando um movimento. Os esquemas imagéticos que envolvem um sujeito activo descrevem uma situação inicial em que P₁ e P₂ estavam em contacto, ao passo que nos esquemas imagéticos de sujeito passivo P₁ e P₂ estavam separados e assim continuam. Os esquemas imagéticos de *deixar*I e *deixar*II são, pois, perfeitamente inversos. Tal facto evidencia a existência de uma transformação de inversão dos esquemas imagéticos das duas categorias. Esta transformação consiste na inversão do participante dinâmico (aquele que realiza o movimento): P₁ (o sujeito) em *deixar*I e P₂ (o objecto) em *deixar*II.

Em terceiro lugar, a coerência semântica do verbo *deixar* manifesta-se também em elaborações metafóricas e metonímicas deste esquemas imagéticos. Os vários sentidos psico-sociais de *deixar* resultam de elaborações metafóricas do movimento (quer de afastamento quer de não aproximação) e

de esquemas de dinâmica de forças (Talmy, 1988, 2000). Quanto à metonímia, veja-se, por exemplo, o desenvolvimento do sentido trivalente de ‘fazer ficar depois de deslocar’. Este sentido formou-se por reanálise do sentido prototípico bivalente ‘(em algum lugar) *x* deixa *y* ir’ na estrutura trivalente ‘*x* deixa *y* em algum lugar’. Esta reanálise envolve uma inferência metonímica: quando alguém se afasta de um local, distancia-se também das entidades que se encontram nesse local.

	activamente		passivamente
	sem intervenção prévia	com intervenção prévia	
<i>deixar</i>I:			
‘suspender	1. ir embora	5. fazer ficar depois	10. não se aproxima
interacção	2. não levar consi- go	de ter deslocado	mar
com o que é	3. abandonar	6. fazer ficar depois	11. não levar
estático’	4. não alterar	de ter alterado	12. não tomar
		7. transferir posse	13. não alterar
		8. fazer ficar parte	14. não tomar em
		de si	posse
		9. fazer ficar parte	
		de si	
<i>deixar</i>II:			
‘não se	16. permitir (consen- tir, autorizar)	17. não mais impedir	15. não impedir
opor ao que		(largar, soltar, liber- tar)	
é dinâmico’			

Quadro 1. Os sentidos de *deixar*

Finalmente, ambos os grupos implementam um mesmo esquema de *dinâmica de forças* (Talmy, 1988, 2000): uma entidade mais forte, o Antagonista, codificada no sujeito do verbo, não exerce uma força que possa interferir na disposição natural de uma segunda entidade, o Agonista.

A palavra *pronto* exhibe um vasto conjunto de usos pragmático-discursivos actualizados no discurso oral espontâneo. A polissemia funcional de *pronto*, sem equivalente nas restantes línguas românicas, é o resultado de um processo recente de gramaticalização (ou pragmatização) do adjectivo *pronto*. Todavia, os nossos melhores dicionários não dão conta da polissemia funcional de *pronto*. E os investigadores da polissemia dos marcadores discursivos, como Fischer (2000) e Travis (2005), postulariam uma “invariante semântica” que pudesse explicar por que é que *pronto* assume determinadas funções e não outras.

Onde é que se encontra então a polissemia do marcador discursivo *pronto*? Temos que puxar o significado de *pronto* para baixo. Os exemplos (3) e (4) representam os dois principais usos denotacionais do adjectivo *pronto*: o sentido de ‘terminado, acabado, feito’ aplicado a coisas, em (3), e

o sentido de ‘preparado (para uma acção, uma utilização)’ aplicado a pessoas, como em (4), ou coisas, como em (5).

- (3) Garanto que o fato está *pronto* amanhã.
- (4) Os soldados estão *prontos* para o pior.
- (5) O jantar está *pronto*; venham para a mesa!

Os dois sentidos denotacionais de *pronto* instanciam dois esquemas imagéticos: o esquema imagético conclusivo, retrospectivo e anafórico de processo acabado, como em (3), e o esquema imagético inceptivo, prospectivo e catafórico de processo disponível, como em (4)-(5).

Os diversos usos pragmático-discursivos de *pronto* – exemplificados em (6)-(10) com base no corpus oral do “Corpus de Referência do Português Contemporâneo” – são motivados por estes dois esquemas imagéticos. O esquema imagético retrospectivo explica os usos conclusivo (6), de concordância (7), de fechamento temático e cedência de vez. O esquema imagético prospectivo motiva os usos impositivo (8), explicativo (9), de abertura temática e de tomada de vez. Entre os dois usos, encontra-se o uso pontuante (10), de transição temática e manutenção de vez.

- (6) fui, só vi o Sporting, fui pelo Sporting, gostei do Sporting, *pronto*, agora sou sportinguista.
- (7) – A gente pode sair mais cedo? – *Pronto*, a que horas?
- (8) mas eu volto costas e ele vai mexer. o que é que a mãezinha te disse? não disse que não mexesses? *Pronto*; tem que levar uma palmadita.
- (9) agora o dois ponto dois ... *pronto* este é um daqueles exercícios que eu acabei de vos falar agora.
- (10) aquilo é, *prontos*, mais ou menos um desporto de homem, *prontos*, eh, conversas de homem, aquelas coi (...), aquelas cumplicidades, e *prontos*, cria-se sempre bons ambientes.

Estes diversos usos funcionais de *pronto* revelam linhas de *subjectificação* e resultam do aproveitamento de *pronto* na realização de determinadas tarefas do falante na sua interacção com o ouvinte em diferentes domínios comunicativos (tais como a estruturação do discurso e do texto, a percepção e compreensão do fluxo de informação, a relação interpessoal entre os interlocutores, a alternância de vez, as atitudes emotivas ou outras dos falantes, etc.). Em suma, qualquer formulação de um significado invariante de *pronto* acabaria por ser ambivalente, entre o esquema imagético retrospectivo e o esquema imagético prospectivo.

6. Conclusões e implicações

A primeira conclusão deste estudo é a de que o significado é uma realidade dinâmica e flexível, aberta à mudança e adaptável ao contexto, um fenómeno não discreto mas contínuo (até certo ponto). Por isso mesmo, não

se pode procurar *o(s)* significado(s) de uma palavra ou outra expressão, mas os seus usos contextualizados, inevitavelmente através de uma metodologia empírica, como a análise de *corpus* ou o uso de técnicas de experimentação.

Em segundo lugar a semântica de uma palavra ou construção não é um saco de sentidos, mas um *potencial de significação* (Allwood, 2003) prototípica, esquemática e multidimensionalmente estruturado e sensível a efeitos contextuais. Os modelos de rede radial e de rede esquemática desenvolvidos pela Semântica Cognitiva permitem analisar os efeitos de prototipicidade, a dimensão taxonómica e os mecanismos de associação de sentidos, como a metáfora, a metonímia e a subjectificação, mas devem explorar a multidimensionalidade intrínseca de qualquer complexo polissémico.

Finalmente, a via para minimizar o problema duro da diferenciação de sentidos passa por reconhecer polissemia na media certa (nem de mais nem de menos) e por puxar o significado tanto para cima, para o nível dos conteúdos esquemáticos e de outros factores de coerência semântica, como para baixo, para o nível dos usos contextuais, psicologicamente (mais) reais.

Os resultados deste estudo sugerem algumas implicações para a construção de dicionários e para a engenharia e computação da linguagem. Por restrições de espaço, apenas as podemos enunciar. Em relação à teoria e prática lexicográficas, é necessário abandonar a distinção rígida entre informação semântica e informação enciclopédica e, assim, dar conta dos efeitos de prototipicidade. Além disso, os dicionários deverão utilizar determinadas técnicas de definição, geralmente consideradas impróprias mas que permitem dar conta da flexibilidade do significado: entre outras, disjunções, enumerações e acumulações de quase-sinónimos. E para se poder mostrar a estrutura multidimensional dos sentidos de uma entrada, são úteis agrupamentos hierárquicos, etiquetas designando relações semânticas e referências cruzadas entre acepções ou grupos de acepções.

No âmbito da linguística computacional, os sistemas de desambiguação e selecção automáticas de sentido deverão desenvolver-se na base de três pressupostos: (i) não existem sentidos estáticos e discretos, mas abstracções de usos de uma palavra a partir de *corpora* de grande extensão; (ii) os padrões de contextualização de uma palavra são importantes para a identificação dos seus sentidos, mas deve operar-se com abstracções de baixo nível; (iii) é preciso incorporar uma verdadeira base de conhecimento enciclopédico associado aos sentidos de uma palavra, embora seja, em princípio, impossível construir um sistema computacional com o conhecimento enciclopédico necessário e suficiente.

Referências

- Allwood, Jens (2003). Meaning potentials and context: Some consequences for the analysis of variation in meaning. In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John R. Taylor (eds.), *Cognitive Linguistic Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 29-66.
- Cruse, D. Alan (1986). *Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Cruse, D. Alan (1995). Polysemy and related phenomena from a cognitive linguistic viewpoint. In: P. Saint-Dizier & E. Viegas (eds.), *Computational Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 33-49.
- Cruse, D. Alan (2000). Aspects of the micro-structure of word meanings. In: Yael Ravin & Claudia Leacock (eds.), *Polysemy: Theoretical and Computational Approaches*. Oxford: Oxford University Press, pp. 30-51.
- Cruse, D. Alan (2004). Polysemy: the construal of sense boundaries. In: William Croft & D. Alan Cruse, *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, cap. 5, pp. 109-140.
- Cuyckens, Hubert & Britta Zawada (eds.) (2001). *Polysemy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Cuyckens, Hubert, René Dirven & John Taylor (eds.) (2003). *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Fischer, Kerstin (2000). *From Cognitive Semantics to Lexical Pragmatics: The Functional Polysemy of Discourse Particles*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Geeraerts, Dirk (1988). Where does prototypicality come from? In: Brygida Rudzka-Ostyn (ed.), *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 207-229. (republicado em Geeraerts 2006, cap. 2)
- Geeraerts, Dirk (1993). Vagueness's puzzles, polysemy's vagaries. *Cognitive Linguistics* 4 (3), pp. 223-272. (republicado em Geeraerts 2006, cap. 5)
- Geeraerts, Dirk (2006). *Words and other Wonders. Papers on Lexical and Semantic Topics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Hampe, Beate (ed.) (2005). *From Perception to Meaning. Image Schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Johnson, Mark (1987). *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lakoff, George (1970). A note on vagueness and ambiguity. *Linguistic Inquiry* 1, pp. 357-359.
- Lakoff, George (1987). *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Langacker, Ronald W. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 1: Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- Langacker, Ronald W. (1990). Active zones. In: Ronald W. Langacker, *Concept, Image and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 177-188.
- Langacker, Ronald W. (1999). Losing control: grammaticization, subjectification, and transparency. In: Andreas Blank & Peter Koch (eds.), *Historical Semantics and Cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 147-175.
- Langacker, Ronald W. (2006). On the continuous debate about discreteness. *Cognitive Linguistics* 17-1, 107-151.
- Nerlich, Brigitte, Zazie Todd, Vimala Herman & David D. Clarke (eds.) (2003). *Polysemy: Flexible Patterns of Meaning in Mind and Language*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

- Ruhl, Charles (1989). *On Monosemy. A Study in Linguistic Semantics*. Albany: New York Press.
- Pustejovsky, James (1995). *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Quine, Willard V.O. (1960). *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Rice, Sally (2003). Growth of a lexical network: Nine English prepositions in acquisition. In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John R. Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 243-280.
- Sandra, Dominiek & Sally Rice (1995). Network analyses of prepositional meaning: Mirroring whose mind – the linguist's or the language user's? *Cognitive Linguistics* 6 (1), pp. 89-130.
- Searle, John R. (1983). *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, Augusto Soares da (1999). *A Semântica de DEIXAR. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Silva, Augusto Soares da (2003). Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*. In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John R. Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 281-322.
- Silva, Augusto Soares da (2006). *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina.
- Talmy, Leonard (1988). Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science* 12, pp. 49-100. (republicado em Talmy 2000, Vol. I, 409-470)
- Talmy, Leonard (2000). *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. I: *Concept Structuring Systems*. Vol. II: *Typology and Process in Concept Structuring*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Taylor, John R. (2003). Polysemy's paradoxes. *Language Sciences* 25, 637-655.
- Taylor, John R. (2006). Polysemy and the lexicon. In: Gitte Kristiansen, Michel Achard, René Dirven & Francisco J. Ruiz de Mendoza (eds.), *Cognitive Linguistics: Current Applications and Future Perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 51-80.
- Tomasello, Michael (2003). *Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Cambridge: Harvard University Press.
- Traugott, Elizabeth Closs & Richard B. Dasher (2002). *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Travis, Catherine (2005). *Discourse Markers in Colombian Spanish. A Study in Polysemy*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Tuggy, David (1993). Ambiguity, polysemy, and vagueness. *Cognitive Linguistics* 4 (3), pp. 273-290.
- Zlatev, Jordan (2003). Polysemy or generality? Mu. In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John R. Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 447-494.
- Zwicky, Arnold & Jerrold Sadock (1975). Ambiguity tests and how to fail them. In: J. Kimball (ed.), *Syntax and Semantics* 4. New York: Academic Press, pp. 1-36.